

**ATA DA 303ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP  
REALIZADA NOS DIAS 27 E 28 DE SETEMBRO DE 2004**

Aos vinte e sete e vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatro, reuniram-se no auditório Tancredo Neves - 2º andar do Ministério da Justiça -, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP e as Autoridades envolvidas com o Sistema Penitenciário. A mesa foi composta pela Senhora Secretária Nacional de Justiça, Dra. Cláudia Maria de Freitas Chagas; o Presidente do CNPCP, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, os seguintes Conselheiros: Ana Sofia Schmidt de Oliveira, Bernardino Ovelar Arzamendia, Carlos Martins Antico, Carlos Lélío Lauria Ferreira, Carlos Weis, Edison José Biondi, Eleonora de Souza Luna, Frederico Guilherme Guariglia, Mario Julio Pereira da Silva, Pedro Sérgio dos Santos, Ricardo de Oliveira Silva e Vetuval Martins Vasconcelos. Justificaram a ausência, por motivos de força maior os seguintes Conselheiros: Laertes de Macedo Torrens, Cássio Castellarin, César Oliveira de Barros Leal e Rogério Etzel. Estiveram presentes as seguintes autoridades: Emanuel Vaconcelos, presidente do Conselho de Política Criminal e Penitenciária – Pará, Benedito Wilson C. AS, presidente do conselho Penitenciário IMP – Pará, Oto Nunes Leite, presidente do conselho penitenciário – MG, Flávia Abido Alves, titular da 7ª Promotoria/VEP/MP-RJ, João Abílio de Carvalho Rosa, AJUIRIS e IAJ – Instituto de Acesso à Justiça – Porto Alegre/RS, Letícia Massula, AGENDE, Ações em Gênero – DF, Djalma Gantério, Sup. Serviços Penitenciário – DF, Rogério Gaboz, SUSEPS/RS; Raimundo Marcondes SSPDS/DF, Nelson Ferreira Junior, Juiz VEC/TJDF; Anísio Vicente da Silva, Pastoral Carcerária, Alexandre Fonseca, Procuradoria do Estado de Rondônia, Carmem S. M. Barros, IBCRIM-SP, Adão Rosa, presidente do Conselho Penitenciário – RJ, Nilsomar de Souza Rodrigues, Defensor Público – RJ; Eduardo Gomes Moraes, Defensoria Pública – RJ, Sônia Regina A. D., ITTC, Michele Mary, ITTC, Dalila Figueredo, ASBRAD – associação Brasileira de Defesa da Mulher; Ana Cristina Nery, Secretaria de Justiça, Mário Jurandir da Silva Ewerton, presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Amazonas, Ilona Maria Christina de Sá, MP/ Conselho Penitenciário – GO, Carmem Silva Mendonça, Conselho Penitenciário – GO e CEDIM/GO, Leandro Barboza, conselho Penitenciário do Rio de Janeiro, Kenarik Boujikian Felipe, Juiz de Direito – SP – Grupo de Estudo e Trabalho Mulheres Encarceradas, Percílio de Souza Neto, representando a OAB Federal, Benedita Marina da Silva, Def. Pública da União, José Evanio Guedes, Secretaria de Justiça do Ceará; Maria das Graças da Silva, Centor de Estudo Latino Americano, Carla Polaine, DEPEN, Jussara Isaac, DEPEN, Thiago H. Macahado, DEPEN, Amauri Serralvo, Representante da OAB – SP, Maria Tereza de Moraes, MP – SP, Jone de Souza Cruz, Ministério Público Militar, Rogério Felipe, OMPMG, Eduardo de L. V. MP – RS, Mauro Renner, Conselho Nacional de Procuradores Gerais, Silmar Boztolo, Promotor de Justiça – RS, José Francisco Vaz, Roberto Carlos Silva, Promotor de Justiça do DF, Maria das Graças, Agencia Prisional de Goiás, Manfredo Gruedes Pereira Gouveia Junior – Defensoria Pública da Paraíba, Wilmar Costa Braga – Assess. Pol. Civil do DF, Vitor Hugo Albino Pelles – AGSP/Goiânia, Marlucio Carmo CL/DF, Mário Muniz CL/DF, Luiz Fernando Asanther Paulo – SPI/MPOCG, Josefa Elizabete Paulo Barbosa – Defensora Pública da Paraíba, Carlos Miyakawa – Procurador Assistência Judiciária de São Paulo, João Luiz Faustini Lopes – PGE/SP, Pedro A. Egydio de Carvalho – Representando o Secretário da Adm. Penitenciária de SP, Augusto Frederico Gassré Thompson – Presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente, Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, abriu os trabalhos, cumprimentando a Dr.a Cláudia Chagas, Secretária Nacional de Justiça, os membros do Conselho e todas as autoridades presentes e falou que esta é a 3ª Audiência Pública para elaboração do anteprojeto de Indulto de Natal, da importância deste evento para o aperfeiçoamento das propostas do anteprojeto de Indulto a ser encaminhada ao Senhor Ministro de Estado da Justiça.

Dr. Maurício Kuehne \* Apresentou o pré-projeto

#### Discussão

Em seguida o Presidente passou a palavra às autoridades previamente inscritas, iniciando o Dr. Pedro Egydio Carvalho, representante da Secretaria de Administração Penitenciária de São Paulo que apresentou sugestões sobre a criação de condições especiais para que mulheres e estrangeiros tenham mais chances de obter indulto. *Justificativa*: As mulheres são indispensáveis ao lar; os estrangeiros, geralmente, não têm iguais chances de emprego e de condições dignas de vida a dos brasileiros natos;

\* Sugere que seja incluso ao pré-projeto a hipótese de concessão de indulto para os presos em regime semi-aberto, a fim de que estes, tendo honrado por 3 vezes o compromisso de retorno, sejam contemplados com o indulto condicional, para que prestem serviços à comunidade pelo tempo restante da pena (art. 122, I e II, e art. 124, LEP). *Detalhamento*: que o restante da pena seja de até um ano ou, se superior a um ano, metade da pena seja condicionalmente comutada. No mínimo, um ano de serviço; no máximo, cinco anos de serviços à comunidade. Manter-se-ia o requisito de ter “bom comportamento carcerário” por 24 meses. *Justificativa*: em São Paulo, 93% dos presos honram seus compromissos;

\* Estender o indulto humanitário àqueles que ainda não tenham sido condenados com sentença transitada em julgado, mas sejam portadores de deficiência (s).

Dr. Mauro Renner – (Procurador do RS – representante do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça)

\*Enunciou quais seriam as principais sugestões do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça e apresentou os colegas procuradores que elucidariam melhor cada uma das sugestões.

Dr. Gilmar (Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça)

\* Quantidade de pena (art. 1º, incs. I e II, pré-projeto de Indulto): sugere que seja concedido indulto condicional aos condenados à pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, em vez de seis anos, como disposto no pré-projeto. *Justificativa*: Tanto na hipótese de substituição da pena, quanto na hipótese de *sursis*, o patamar escolhido pelo legislador foi o de quatro anos;

\* Quanto ao tempo já cumprido (art. 1º, inc. III): propõe que seja concedido indulto condicional ao condenado à pena privativa de liberdade que, até dia 25 de dezembro de 2004, tenha cumprido, em regime fechado ou semi-aberto, ininterruptamente, vinte anos da pena, se não reincidente, e vinte e cinco anos, se reincidente, em vez de quinze e vinte anos, como no pré—projeto;

\* Quanto ao indulto humanitário, sugere que à redação do art. 1º, inc. IV, sejam incluídos os termos “*ou concomitantes*”.

Dr. Rogério Filipetto (MP/MG)

\* art. 1º, § 2 – sugere que se mantenha o prazo de 12 meses de “bom comportamento carcerário” como requisito para a concessão do indulto, mas que seja computado até o momento da concessão da benesse, e que seja incluso requisito que estipule que não poderá ser beneficiado com indulto aquele que tenha contra si outros processos—crime instaurados;

\* Sugere sejam essas disposições aplicadas também à comutação;

\* Propõe que seja restrita a subjetividade / discricionariedade do juiz para a concessão do indulto, como no indulto de 1999, diferente do que se depreende dos termos dispostos no inciso II do § \_\_ do pré-projeto, “*circunstâncias favoráveis*”.

Dra. Maria Tereza Penteado (MP/SP)

\* Discorda do art. 6º, II, e propõe que sejam excluídos do rol de beneficiários do indulto aqueles que cometeram crimes hediondos antes de 1990;

\* Propõe também não sejam beneficiados aqueles que cometeram crimes de roubo com arma de fogo, eis que, inclusive, já foi editada Lei de Desarmamento.

Dra. Ione de Souza Cruz (MP/União)

\* Sugere seja incluso ao art. 1º, § 1º a vedação de se conceder indulto àquele que tenha infringido o art. 67 do CPM, equivalente ao art. 42 do CP no meio militar;

\* Propõe sejam melhor explicitados os parâmetros do que se considerará falta grave para fins de indulto, pois que, nos recintos militares, os parâmetros são distintos;

\* Propõe sejam incluídos ao art. 6º os artigos correspondentes no CPM.

Dra. Kessarik Boujikian Felipe (Juíza de Direito em SP)

\* Sugere conceder às mulheres encarceradas por crimes de tráfico de entorpecentes ou drogas afins, que tenham filhos de até 18 anos, a benesse do indulto. *Justificativa*: seriam meras repassadoras; elas reincidem muito menos.

*Dados*

MA – uma mulher indultada em 2000, uma em 2001, uma em 2002 e quatro em 2003.

SP – de 2000 a 2003, apenas 23 mulheres indultadas.

Dr. João Abílio de Carvalho Rosa (AJURIS/IAJ)

\* Reforça a proposta apresentada pela Dra. Kessarik Boujikian Felipe, mas sugere sejam indultadas as mulheres que reunirem, além daquelas condições retromencionadas, as duas seguintes condições: tenham sido condenadas a penas de até cinco anos e que sejam rés primárias.

Dra. Carmem Silva (IBCCRIM)

\* Discorda do instituto do indulto condicional, que, ao seu ver, é inconstitucional;

\* Rebate as propostas do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça;

Dr. Leandro Barbosa (Defensor Público/RJ e representante do Conselho Penitenciário do RJ)

\* Sugerem sejam indultados os presos primários que tenham entre 18 e 21 anos, ao tempo do crime, condenados a até 3 anos de reclusão, tendo já cumprido 1/3 da pena, em caso de crime de tráfico de entorpecentes;

\* Recomenda as diligências possíveis para que, este ano, o Decreto de Indulto seja sancionado o quanto antes.

Dr. Roberto Carlos Silva (Promotor no DF)

\* Posiciona-se no sentido de que o indulto condicional é um meio de dar responsabilidade àqueles que serão beneficiados pelo indulto;

\* Sugere seja inclusa a condicionalidade de dois anos após a concessão do indulto, ainda que a pena restante seja menor que essa;

\* Endossa a proposta do Conselho Nacional de Procuradores de Justiça quanto ao crime de roubo com arma de fogo.

Dr. Anísio Vicente da Silva (Pastoral Carcerária)

\* Propõe seja concedido indulto a quem, durante 12 meses não tenha cometido falta grave, em vez de 24 meses, como disposto no pré-projeto;

\* Sugere que, em vez de conceder indulto apenas àqueles que já tenham cumprido 15 anos, em caso de não reincidente, e 20 anos, em caso de reincidente, da pena, sejam indultados aqueles já tiverem cumprido 10 e 15 anos, respectivamente;

\* Cita frase de São João da Cruz: “Onde não haja amor, coloque amor e receber amor”.

Dr. Oto Nunes Leite (Presidente do Conselho Penitenciário/MG)

\* Ao auge de seus quase 40 anos de trabalho junto a penitenciárias, discorda do instituto do indulto condicional, pois crê não se dever haver condições para se perdoar;

- Sugere seja majorado o tempo que o preso deve permanecer sem que tenha computado contra si falta grave.

Dr. Carlos Miyakawa (Procurador/SP)

- Comutação e Indulto

- Chama a atenção do Conselho para suposta incongruência entre o art. 6º, inciso II e o inciso I. Exemplificou: o latrocida que tenha cometido o latrocínio em 1989, teria direito a indulto.

Em seguida, passou-se à fase das **comunicações**. Com a palavra, o Conselheiro

Na fase das **proposições**, o Conselheiro

Com a palavra o Conselheiro Maurício Kuehne que fez a leitura do Relatório de Visita Inspeção às Unidades Penais do Estado de Santa Catarina, realizada nos dias 19 a 21/07/2004 pelo relator e pelo Conselheiro Bernardino Ovelar Arzamendia. Após algumas discussões o relatório foi aprovado, à unanimidade, indicando a remessa de cópias do Parecer ao DEPEN/MJ, Governador do Estado de Santa Catarina, bem como ao Secretário de Justiça, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, OAB seccional de Santa Catarina, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado e Coordenadoria de Saúde do Ministério da Saúde. Na sequência foi lido o Relatório de Visita de Inspeção realizada no Estado do Maranhão, pelos Conselheiros Carlos Martins Ântico e Bernardino Ovelar Arzamendia, no mês de setembro. Após alguns debates o colegiado votou por nova leitura em Reunião Plenária com a presença do Senhor Governador e do Secretário de Justiça do Estado do Maranhão. Em seguida, procedeu-se à análise dos seguintes processos, previamente distribuídos: **1)** Processo MJ/CNPP n.º 08037.000060/2004-59. Assunto: Política Nacional de Educação Continuada do Pessoal Penitenciário. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pelo aguardo das providências determinadas pela Coordenação de Ensino do DEPEN/MJ. Aprovado, à unanimidade. **2)** Processo MJ/CNPP n.º 08037.000033/2004-86. Assunto: Cópia do incidente à execução n.º 87/04. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pelo arquivamento dos autos. Aprovado, à unanimidade. **3)** Processo MJ/CNPP n.º 08037.000036/2004-10. Assunto: Intimação nos Autos da ação Civil Pública requerida pelo Ministério Público do Estado do Paraná. Parecer do Conselheiro Maurício Kuehne: pelo arquivamento dos autos. Aprovado, à unanimidade. **4)** Processo MJ/GM n.º 08001.005412/2004-70. Assunto: PL n.º 3642/2004. Deputado CARLOS RODRIGUES. Inclui inciso VI no art. 323, do Código de Processo Penal. Parecer do Conselheiro Pedro Sérgio dos Santos: pela rejeição do PL. Aprovado, à

unanimidade. **5)** Processo MJ/GM n.º 08001.005886/2004-11. Assunto: Miguel Pachá – Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – Convênio – repasse de valores – Ofício n.º 1647 – ST/RJ, de 08/06/2004. Parecer do Conselheiro Rogério Etzel: pela regulamentação da matéria. Aprovado, à unanimidade. O Vice-presidente, Dr. Vetuval Martins Vasconcelos, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Para constar, lavrou-se a presente ata, que assino a seguir. Luciane Espíndola de Amorim Souza.

**ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA**

Presidente